



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

SII 0073

Amg

30/1/80

Exm^a Senhora
Representante Permanente
de Portugal junto da
UNESCO

Tenho a honra de junto enviar a V.Ex^a. alguns
recortes sobre assuntos que reputamos de interesse.

Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR,



Acentuam-se divergências entre Eanes e o Governo

Parecem acentuar-se as divergências entre o Governo Sá Carneiro e o Presidente da República. Um novo pomo de discórdia, segundo conseguimos apurar, está relacionado com as comemorações do 25 de Abril. Na sua base a personalidade que estará à frente da Comissão Organizadora. Para o Governo seria um membro do Executivo que deveria presidir, apontando-se o nome de Vasco Pulido Valente, secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro, para preencher aquele cargo.

As comemorações do 25 de Abril tem sempre presidido, como se sabe, um membro do Conselho da Revolução, um militar de Abril, pelo que a pretensão do Governo indica não se tratar tanto de preferir um nome a outro, mas sim de se optar por um civil em detrimento de um militar, símbolo neste caso de um órgão de soberania nascido com a Revolução do 25 de Abril, o Conselho da Revolução, de afastar os capitães de Abril das comemorações do dia que se lhes ficou a dever, de, enfim, esvaziar o próprio 25 de Abril do seu conteúdo revolucionário, democrático e antifascista.

Ainda em relação às comemorações do 25 de Abril, também se crê que o próprio local que servirá de cenário esteja a criar atritos entre o Governo e a Presidência da República. Com efeito, enquanto tudo indica que as cerimónias se realizarão em Santarém, o Governo da AD parece apostado em dar preferência a outra cidade que não a capital ribatejana. Mais uma vez é o próprio 25 de Abril que está em causa, já que Santarém é também um símbolo de Abril. Com efeito, é de recordar que foi de Santarém que partiram as tropas comandadas pelo capitão Salgueiro Maia cujo contributo foi decisivo para a vitória do Movimento das Forças Armadas. Por outro lado, o facto de a Câmara de Santarém ser uma Câmara socialista não ajuda à simpatia do Governo pelas comemorações oficiais, nesta cidade.

Caso Pintasilgo

Estes pontos de divergência entre o Governo e o Presidente da República, de facto, vistos mais fundo, resultam duma clivagem no nível de Abril e de tudo o que Abril significa, de Demo-



Eanes e Sá Carneiro: relações cada vez mais difíceis

cracia, de Liberdade e de justiça social. Porém, a este ponto de fricção outros, já conhecidos, continuam sem ter solução à vista e ameaçam arrastar-se. É o caso, por exemplo, da exoneração de Maria de Lurdes Pintasilgo do cargo de embaixatriz de Portugal junto da UNESCO pretendida por Freitas do Amaral e Sá Carneiro.

Tanto quanto se sabe, Sá Carneiro comunicou a Ramalho Eanes a intenção do seu Governo de exonerar Lurdes Pintasilgo, exoneração que teria de ser sancionada pelo Presidente da República. Tendo este recusado fazê-lo e tendo também Lurdes Pintasilgo recusado pôr o cargo à disposição do Governo (no que teria sido apoiada por Ramalho Eanes), não resta senão à dupla Sá Carneiro/Freitas do Amaral impedir a ida da ex-Primeira-Ministra para o seu posto em Paris, retê-la em Lisboa «por conveniência de serviço».

Congresso das Comunidades

Outro problema surge, entretanto, para acentuar ainda mais a degradação das relações Governo/Presidência da República. Trata-se, de acordo com o noticiado pelo semanário «Expresso», da realização do I Congresso das Comunidades Portuguesas, previsto para Junho, ao qual estão também associadas as Comemorações do IV Centenário da morte de Camões. Segundo o referido semanário, o Governo pediria a ratificação, com suspensão, do Decreto-Lei, de 30 de Novembro passado, que cria a comissão organizadora do citado

congresso e regula as nomeações dos responsáveis pela sua realização.

Segundo o decreto, o presidente do Congresso é nomeado pelo Presidente da República sob proposta do Primeiro-Ministro, na altura Maria de Lurdes Pintasilgo, estando nomeado como secretário-geral do congresso o colonel António Costa Correia. Com vista à sua realização houve já uma reunião preparatória, na qual não participou nenhum representante do Governo por, entretanto, ter pedido a ratificação do decreto.

Por outro lado, e ainda neste âmbito e por motivo idênticos, o ministro das Finanças recusou-se a conceder a verba de 5 mil contos que havia sido pedida pelo tenente-coronel Vítor Alves; responsável pelo Dia das Comunidades, para a preparação desta realização. A acrescentar a este facto, refira-se também que o Governo pretende chamar a si a realização das Comemorações da morte de Camões.

Uma carta de Carter

Uma carta, cuja existência foi porém desmentida por fontes ligadas à Presidência da República, teria também levado o Governo a sentir-se ultrapassado e contribuído ainda mais para gelar as relações Governo/Eanes. Trata-se duma carta que teria sido enviada por Carter a Ramalho Eanes solicitando-lhe que Portugal boicotasse os Jogos Olímpicos de Moscovo, caso a União Soviética não retirasse as suas tropas do Afeganistão, sem que o Governo tivesse sido informado da existência de tal carta.

Portugal Hoje

Página 2

28/11/80



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

MELO ANTUNES RETIRA CANDIDATURA PARA A ONU

EANES RECEBEU SÁ CARNEIRO E «VETA» EXONERAÇÃO DE PINTASILGO

Melo Antunes não irá para Nova Iorque. De facto, é a Presidência da República que em comunicado afirma ter o general Ramalho Eanes escrito uma carta ao secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, para lhe comunicar que a República Portuguesa retirava a candidatura do tenente-coronel Ernesto Melo Antunes ao cargo de secretário-geral adjunto da ONU para a Ciência e

seelho de Ministros, havia sido aprovada uma proposta do ministro dos Negócios Estrangeiros relativa à política externa e também ao corpo diplomático. Este foi um assunto particularmente tratado na reunião, segundo a informação da Presidência da República.

Sá Carneiro não prestou declarações à saída de Belém. Mas meios políticos da capital admitem a hipótese de ele ter

cial da sua nomeação para render Vítor da Cunha Rego, em Madrid. O lugar que deixa vago em Luanda poderá ser ocupado por Silva Marques, actualmente a representar Portugal na Holanda. Vago também continua o posto no Maputo.

Desconhecem-se ainda as reacções de Belém, às propostas do Governo. Mas tudo indica que Ramalho Eanes (a quem, nos termos constitucionais, cabe nomear ou não os representantes do Estado), não verá sensível relativamente à exoneração de Lurdes Pintasilgo.

Estaria aberto o conflito entre os dois órgãos de soberania — ou ainda é cedo? As próximas horas trarão luz a estes casos.

MDM fala de «revanchismo político»

O Movimento Democrático das Mulheres interpreta a «tentativa de afastamento de Maria de Lurdes Pintasilgo do cargo de embaixador de Portugal na UNESCO como uma expressão de «revanchismo político».

Em comunicado o MDM manifesta «o mais vivo repúdio» por uma eventual concretização do afastamento do seu cargo diplomático do anterior primeiro-ministro português.

O documento condena outras iniciativas do actual Governo, nomeadamente as que reflectirão no plano externo, «uma política de alinhamento com as tentativas de instalação de um clima de «guerra fria» nas relações internacionais».

No plano interno, o MDM acusa o Governo AD de perseguir uma política de «perseguições e saneamentos característica do período mais negro da nossa história — o fascismo».

Tecnologia, a pedido daquele conselheiro da Revolução». Fica assim, desde já, desfeito um conjunto de especulações que em torno da figura do presidente da Comissão Constitucional estava a gerar-se.

Deste facto, aliás, foi dado conhecimento ontem mesmo, pelo presidente da República, ao chefe do Governo, Francisco Sá Carneiro, num encontro de trabalho que, à tarde, decorreu em Belém. Tal encontro era aguardado com particular curiosidade, já que, na sequência das decisões do último Con-

apresentado a Ramalho Eanes a proposta de exoneração do ex-primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo do cargo de embaixador junto da UNESCO em Paris.

A ANOP apurou, todavia, que o general Ramalho Eanes não deverá aceitar a exoneração, mantendo-se Maria de Lurdes Pintasilgo em Lisboa, a solicitação do ministro dos Negócios Estrangeiros. Caso se concretize esta hipótese, João Brito, encarregado de negócios, será o responsável pela representação portuguesa naquela agência da ONU.

A proposta que Sá Carneiro apresentou ao presidente da República, de acordo com os mesmos meios, confirma Freitas Cruz, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, como embaixador em Londres, e Paulo Enes, antigo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, como embaixador em Bona. Deverão ser confirmados também Henrique Granadeiro, ex-chefe da casa civil do presidente da República, como embaixador na OCDE, em Paris; Hernâni Lopes na CEE, em Bruxelas; José Cutileiro no Conselho da Europa, em Estrasburgo; e Alvaro Guerra na Jugoslávia.

O Governo terá também proposto a exoneração, além de Maria de Lurdes Pintasilgo, de Manuel João da Palma Carlos (Cuba), José Fernandes Fafe (México), Váler Rosa (Venezuela), Flores Andrade (Zâmbia).

S. Coutinho, antigo embaixador em Luanda, aguarda apenas a publicação em folha ofi-



Gr. F.C.
56
5.11

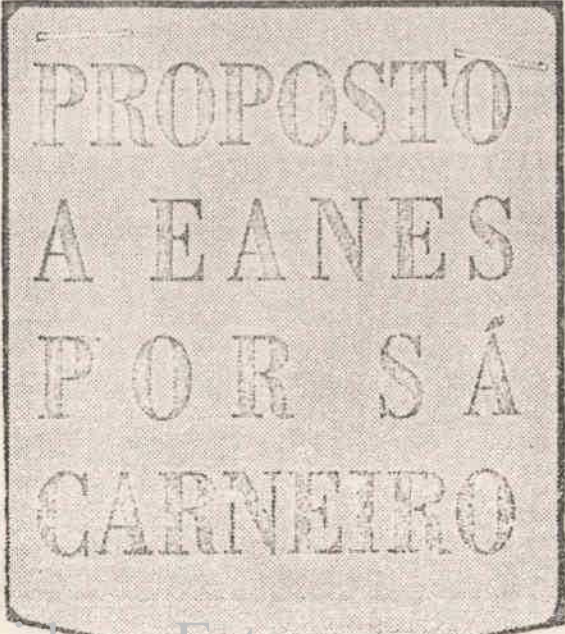
M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Com. Poelo

De _____ pag 1

Data 26-1-80

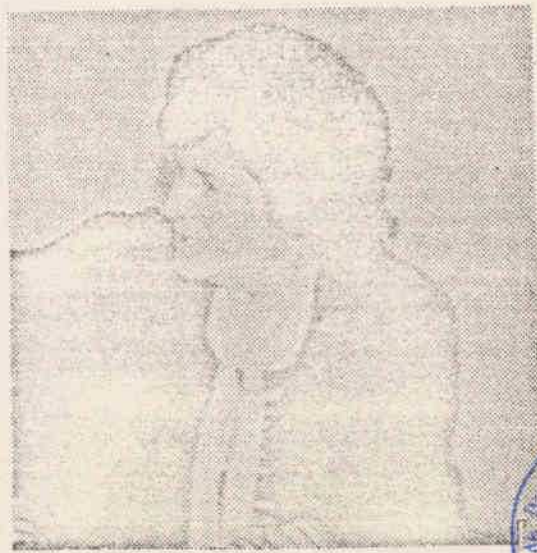


Fundação Cuidar o Futuro

SUBSTITUIÇÃO DE EMBaixADORES

* PINTASILGO «PRESA» EM LISBOA

Sá Carneiro, que ontem teve a sua reunião habitual das sextas-feiras com o Presidente da República, propôs a exoneração da ex-Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo, do cargo de embaixador junto da UNESCO (Paris). Todavia, o general Ramalho Eanes continua a não aceitar a exoneração, mantendo-se Maria de Lurdes Pintasilgo em Lisboa, a solicitação do ministro dos Negócios Estrangeiros. João Brito, encarregado de negócios, será o responsável pela representação portuguesa naquela organização internacional. O Governo também propôs a exoneração, além de Maria de Lurdes Pintasilgo, de Manuel João da Palma Carlos (Cuba), Fernandes Fafe (México), Walter Rosa (Venezuela) e Flores Andrade (Zâmbia).



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

De

Data

Proposto por Sá Carneiro a Eanes

Substituição de cinco dos nove embaixadores «políticos»

O primeiro-ministro propôs, na reunião habitual que teve com o Presidente da República, a exoneração de cinco dos nove embaixadores «políticos», ou seja, que não pertencem à carreira diplomática. Para além de diversas considerações técnicas, na base desta decisão do Governo, por iniciativa do ministro dos Negócios Estrangeiros, o facto de cinco daqueles representantes diplomáticos não terem colocado os seus lugares à disposição do Executivo, aquando da tomada de posse deste.

São os seguintes os embaixa-

dores que o Governo pretende exonerados: Maria de Lurdes Pintasilgo (UNESCO), Manuel João da Palma Carlos (Cuba), Fernandes Fafe (México), Walter Rosa (Venezuela) e Flores Andrade (Zâmbia). Os que levem permanentemente os actuais cargos são: Hernâni Lopes (CEE), Henrique Granadeiro (OCDE), José Cutileiro (Conselho da Europa) e Álvaro Guerra (Jugoslávia). De registar que estes quatro embaixadores políticos, aquando da tomada de posse do Executivo e conforme referiu Sá Carneiro aquando da discussão do Progra-

ma do Governo, puseram o seu lugar à disposição das autoridades responsáveis.

Segundo soubemos, os embaixadores cuja exoneração é pedida, não merecem, também, a confiança do Governo. Dois deles, a quem se julga, haviam já manifestado a sua disponibilidade em abandonar os lugares: Flores de Andrade e Fernandes Fafe.

Quanto à exoneração de Lurdes Pintasilgo, Eanes não a deve aceitar, pelo que o Governo a requisitará para exercer funções no Ministério dos Negócios Estrangeiros, impedindo, assim, que

continue a desempenhar funções junto da UNESCO.

Por outro lado, tudo indica que Freitas Cruz e Paulo Enes, o ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do IV e V Governos Constitucionais, devem ser nomeados embaixadores, respectivamente em Londres e em Bona.

Sá Coutinho, por seu lado, deverá ser colocado em Madrid. É possível que Silva Martins vá desempenhar funções em Luanda. Quanto a Moçambique, não se sabe qual o embaixador a ser designado.



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Portugal Hoje

De Pág. 20

Data 25/11/80

Miller Guerra revela ao nosso jornal

Milhares de assinaturas em todo o País de apoio a Lurdes Pintasilgo

«Maria de Lurdes Pintasilgo assumiu perante a política e a governação do País uma atitude talvez inédita em Portugal, que foi a de, sendo cristã, procurar no próprio Evangelho a inspiração moral para a sua actuação» afirmou a «Portugal Hoje» o prof. Miller Guerra, a propósito do documento por ele e outros católicos subscrito sobre «a prática e o estemunho de Maria de Lurdes Pintasilgo».

Miller Guerra revelou que milhares de pessoas já assinaram esse documento, que foi posto a circular por todo o País.

Referindo-se à actuação da ex-primeira-ministra, Miller Guerra sublinhou que, através do contacto directo com as populações, ela revelou o desejo eminentemente evangélico de ir ao encontro dos pobres e oprimidos, dos que não têm voz. Referiu ainda a sua preocupação, igualmente de inspiração cristã, de ver a política internacional na perspectiva mais ampla, tendo em conta a situação dos povos mais desfavorecidos.

O documento, que enaltece a atitude da ex-primeira-ministra enquanto cristã, servirá de base para outras iniciativas a levar a



Miller Guerra: «Maria de Lurdes Pintasilgo procurou no próprio Evangelho a inspiração moral para a sua actuação»

efeito pelos seus subscritores, com a finalidade de aprofundar o seu sentido, a nível da comunidade cristã e da opinião pública.

«Não se trata, no entanto, de ser contra quaisquer pessoas», adiantou Miller Guerra, «nem muito menos de formar qualquer espécie de partido político».

Nova imagem

No documento a que se refere o prof. Miller Guerra, os signatários salientam que «em Maria de Lurdes Pintasilgo o poder político foi exercido como um serviço; o rigor técnico não redundou em frieza burocrática, antes foi compatível com a imaginação, espiri-

to de equipa, criatividade, procura de novos caminhos para o futuro, provocando mesmo um entusiasmo que contagiou diversos sectores da administração pública».

E mais adiante: «Ao rosto humano dessa política não foi alheio o facto de o primeiro-ministro ser uma mulher. Tal facto não só projectou uma nova imagem de mulher na vida pública portuguesa, destruindo arraigados preconceitos, como poderá ter profundos reflexos na mentalidade e no comportamento das mulheres e dos homens do nosso País».

Os signatários sublinham o facto de, na sua actuação como primeiro-ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo ter recusado utilizar a fé cristã como uma bandeira. A fé para ela foi «uma inspiração que se leva à prática». Além de reconhecerem nela esta qualidade, os signatários «vêm no seu comportamento e governante a confluência de um projecto político progressista e libertador e de uma intervenção inspirada nos valores do Evangelho. Nessa confluência se dunda a paixão por uma terra fraterna e se encontram a competência e a eficácia, a coragem e a alegria».



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

Portugal Hoje

De

Pag. 3

Data

25/1/80

Os bules dogues

O caso Pintasilgo ou a política do ódio



Artur Portela

O dr. Diogo Freitas do Amaral, tem, no Caso Pintasilgo, a sua lógica

Ele é, aliás, um homem lógico. Repugnam-lhe a confusão de sentimentos, o melodrama moral, a demagogia, o fado político português. É essa a sua diferença específica, é essa a sua vantagem específica, a sua imagem. Não há, na atitude do dr. Diogo Freitas do Amaral em relação ao Caso Pintasilgo, nenhum contraste dramaticamente romântico, tão ao gosto do público político português, tão ao gosto dos wagnerianos da coisa pública portuguesa, nenhum instinto persecutório, nenhum saneamento, nenhum martírio, nenhum machismo. A atitude do dr. Diogo Freitas do Amaral no Caso Pintasilgo tem a tranquila solidez de um silogismo impecável.

Essa lógica está contida no facto de que os embaixadores têm de merecer a confiança do governo.

Maria de Lurdes Pintasilgo não merece a confiança deste governo.

Logo, Maria de Lurdes Pintasilgo não pode continuar embaixadora.

A lógica é, porém, exigente. E não pára aqui. Vamos, pois, dialogar lógica.

Decerto que os embaixadores têm de merecer a confiança do governo.

Há, desde logo, que perguntar — *que tipo de confiança?*

Confiança no plano profissional, diplomático?

Ou confiança no plano político geral?

Vejamos o plano estritamente profissional.

É Maria de Lurdes Pintasilgo um caso de incompetência diplomática?

Se sim, em quê, e porquê?

Se não, a que vem isto?

Não é, aliás, verdade que Maria de Lurdes Pintasilgo tem a admiração *profissional dos profissionais internacionais?*

Será o novo ministro dos Negócios Estrangeiros português, que nunca foi ministro dos Negócios Estrangeiros, que nunca foi governo, que nunca foi diplomata, que passa por ser um professor de Direito pontual, aplicado, digamos eficaz, tecnicamente competente no domínio diplomático para ajuizar sobre a competência técnica de uma embaixadora com alguns anos de exercício?

A opinião não é dele? É a opinião de profissionais portugueses? Que profissionais? É a opinião de directores-gerais? Que directores-gerais? Quem, nas Necessidades, apoia esta meúda? Quem, de-

pendente das Necessidades, apoia esta medida?

É Maria de Lurdes Pintasilgo um caso de competência, sim, mas aplicada no mau sentido?

Se sim, em quê, e porquê?

Se não, a que vem isto?

Não cumpria ela as instruções dos ministros dos Negócios Estrangeiros respectivos?

E, se cumpria ela as instruções dos ministros dos Negócios Estrangeiros respectivos, de que pode o actual ministro dos Negócios Estrangeiros acusá-la? De obediência?

Se Maria de Lurdes Pintasilgo foi obediente, se Maria de Lurdes Pintasilgo é obediente, se Maria de Lurdes Pintasilgo cumpre, à risca, as instruções do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que receia o novo ministro? Que ela cumpra as *suas* instruções, as instruções que ele próprio lhe der?

Ou, pelo contrário, que ela não cumpra as suas instruções? Mas, nesse caso, pode-se acusá-la daquilo que ela talvez faça? Pode-se retirar a confiança a um diplomata, a quem quer que seja, por aquilo que esse diplomata, por aquilo que quem quer que seja, ainda não fez? Não é essa desconfiança um pouco prematura? Não é esse princípio apa-

rentemente mal visto pela Lei? Não é o novo ministro um jurista?

Não havia instruções das Necessidades e Maria de Lurdes Pintasilgo trabalhava na mesma?

É mau, isso? Quando o telex dorme, devem os diplomatas dormir? É essa a consideração em que os diplomatas portugueses são tidos pelo novo ministro dos Negócios Estrangeiros?

Mas, nesse caso, há que cotejar aquilo que Maria de Lurdes Pintasilgo fez com a filosofia, com o programa, com a prática política dos governos de que foi embaixadora.

Condiz?

É possível acusar um embaixador disso?

Não condiz?

Em quê, e porquê?

Que diria o novo ministro de um embaixador que, sem instruções das Necessidades, realizasse uma política claramente contrastante com a política geral dos governos de Lisboa? O novo ministro como classificaria esse embaixador? Profissionalmente quê? E politicamente quê? Profissionalmente incompetente e politicamente competente e politicamente in-

competente? Profissional e politicamente competente? Profissional e politicamente incompetente?

A um embaixador assim, o novo titular das Necessidades estaria na disposição de — quê? De o considerar de confiança, e de o manter no seu posto? Ou, pelo contrário, de o não considerar de confiança, e de o não manter no seu posto?

A filosofia, o programa e a prática dos governos de que Maria de Lurdes Pintasilgo era embaixadora não tinham consistência, nem unidade, nem qualquer autoridade e efeito prático na política internacional deste país, e Maria de Lurdes Pintasilgo trabalhava na mesma?

Mas, nesse caso, há que verificar se aquilo que Maria de Lurdes Pintasilgo fez estava em consonância com a Constituição.

Se sim, é mau?

Se não, em quê?

O novo ministro dos Negócios Estrangeiros não ama esta Constituição? O novo ministro dos Negócios Estrangeiros está empenhado em substituir esta Constituição por outra Constituição? É já, emocional, e intelectualmente, dentro da próxima Constituição que ele trabalha?, que ele projecta?, que ele julga os seus colaboradores, os seus embaixadores?

E depois? Não estava Maria de Lurdes Pintasilgo, como toda a gente, como todos os embaixadores, como todos os antigos ministros dos Negócios Estrangeiros, obrigada a esta Constituição?

O dr. Diogo Freitas do Amaral vive já a futura Constituição.

Mas pode o dr. Diogo Freitas do Amaral *vivê-la*, enquanto ministro? Pode ele julgar os seus colaboradores, os seus embaixadores, à luz da futura Constituição? Pode ele *aplicá-la*? Pode ele aplicar critérios de confiança e de desconfiança relativamente a embaixadores, relativamente a quem quer que seja, em função de uma

Constituição que ainda não está aprovada, que talvez nunca seja aprovada? Não é isso pura antecipação? Pura ficção científica? Pura ficção política? Não é isso ilegal? Não é isso inconstitucional? Não é isso imoral?

Decerto que os embaixadores têm de merecer a confiança do governo.

Só que — não só. Não só do governo.

Os embaixadores representam, não o governo, que é uma circunstância,

embora respeitável, mas o Estado, que é respeitável, e não é uma circunstância.

É por isso que é ao Chefe do Estado que incumbe a nomeação dos embaixadores. A confiança do governo não chega. Do que resulta que os embaixadores têm de merecer a confiança, quer do governo, quer do Chefe do Estado.

Que significado pode ter, neste domínio, a colisão frontal entre a circunstância respeitável que é o governo e essa entidade respeitável que não é uma circunstância, o Chefe de Estado? Confiando o Chefe de Estado num embaixador, e não confiando o governo nesse embaixador, avalizando o Chefe de Estado um embaixador, e não aceitando o governo essa avaliação, que é que está em causa? É o embaixador? Ou será o Chefe de Estado?

Pois, mas o problema é mais amplo, — o que se passa é que este governo não está disposto a tolerar mais embaixadores políticos.

Interessante.

Os embaixadores não são todos *políticos*? Não foi por motivos políticos, não foi por motivos *também* políticos, em muitos casos *sobretudo* políticos, que se escolheu a carreira diplomática? Não é por motivos políticos, não é por motivos *também* políticos, não é por motivos, em muitos casos, *sobretudo* políticos, que se ascendeu na carreira di-

plomática? Os embaixadores não são politicamente colocados em função de uma geografia política? O que está, neste caso, em causa, não é a confiança política numa embaixador?

Pois, mas o que se passa é que este governo não está disposto a tolerar os embaixadores políticos-políticos.

Um embaixador político-político é ilegal?

Não foi o dr. Sá Carneiro que, para defender a tese do referendo, argumentou, na Assembleia da República, que tudo quanto a Constituição não proíbe, permite?

E deve um Estado prescindir da qualidade, da eficácia, que um embaixador político-político lhe assegura, só porque não pertence à carreira?

É isso que os países ocidentais de que o novo ministro dos Negócios Estrangeiros se reclama praticam? O governo espanhol, esse arquétipo do governo português, não tem ele embaixadores políticos? E o governo inglês? E o governo italiano? E o governo norteamericano?

Não é possível que, em determinados postos, em determinados momentos, perante determinados problemas, suscite mais confiança a utilização de embaixadores políticos do que a utilização de embaixadores técnicos? Um critério rígido, a proibição pura e simples de acesso de personalidades prestigiadas ao cargo de embaixador, não será limitativo? Não será pouco inteligente? Não será pouco *profissional*? Não será atentatório dos interesses nacionais?

E a UNESCO não será exactamente um desses postos? O que a UNESCO discute, neste momento, não será exactamente um desses problemas? Já averiguou o novo ministro dos Negócios Estrangeiros quem representa que países na UNESCO? Quantos embaixadores são, na UNESCO, de carreira? E quantos, na UNESCO, são embaixa-

dores políticos? E que países representam? E que resultados estão alcançando?

Temos, pois, que o novo ministro dos Negócios Estrangeiros está, pela sua própria lógica, obrigado:

1) a retirar a sua confiança a todos os embaixadores políticos;

2) a retirar a sua confiança a todos os embaixadores que, sem instruções precisas das Necessidades, decidiram actuar em sintonia com a filosofia, o programa e a prática de todos os governos anteriores;

3) a retirar a sua confiança a todos os embaixadores que, sem instruções precisas das Necessidades, decidiram actuar em sintonia com a Constituição Portuguesa.

Só que, sendo o novo ministro dos Negócios Estrangeiros simultaneamente vice-Primeiro-Ministro, sendo o novo ministro dos Negócios Estrangeiros presidente do segundo maior partido da maioria que produziu e deu a sua confiança parlamentar a este governo, trabalhando este governo com base num acordo partidário e num programa de governo, sendo o vice-Primeiro-Ministro um homem lógico, tudo leva a crer que este critério, este critério de confiança, será alargado progressivamente a todas as áreas do funcionalismo, a todas as grandes áreas da vida nacional.

Se isto não é assim, — o Caso Pintasilgo corre sério risco de ser considerado monstruoso.

Se isto é assim, — o Caso Pintasilgo é apenas um



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

De

Data

aspecto de um caso muito mais monstruoso.

A lógica é exigente.

Há, para tudo isto, outra explicação.

Essa é mais simples.

Ela resultaria de que o novo ministro dos Negócios Estrangeiros estaria aplicando, neste caso, não a lógica da razão, mas a lógica do ódio.

O ódio ao ex-Primeiro-Ministro de um governo que, pura e simplesmente, não era o do novo ministro dos Negócios Estrangeiros.

O ódio ao ex-Primeiro-Ministro de um governo que, sem ser partidário, não era ideologicamente o do novo ministro dos Negócios Estrangeiros.

O ódio à política exterior que Maria de Lurdes Pintasilgo aplicou.

O ódio aos governos que foram responsáveis por essa política.

O ódio a todos quantos, não sendo propriamente governo, sendo, por exemplo, conselheiros desta Revolução e Chefes deste Estado, foram responsáveis por essa política.

O ódio à Constituição.

Compreende o novo ministro dos Negócios Estrangeiros que este comportamento, pela sua grosseria, pela sua boçalidade moral, pelo seu esbarrondamento lógico, pela sua falta de elegância profissional, pelo seu excesso emocional, pelo seu cariz objectivamente persecutório, terá, talvez, a ver com as repúblicas das bananas de alguns países do Terceiro Mundo que ele abomina, mas não tem nada a ver com a Europa de que ele se reclama? Compreende o novo ministro dos Negócios Estrangeiros que este comportamento o marca, definitivamente, perante uma Europa com a qual ele quer tratar, dialogar, negociar, perante a qual ele quer surgir com um mínimo de credibilidade intelectual e profissional, com o traço grosso da caricatura moral? Compreende o novo ministro dos Negócios que, depois disto, a Europa não o pode levar a sério?

A última pergunta a fazer é se um homem assim, um governo assim, merecem, eles, a confiança do País. Não direi já política. Mas técnica.

É que este caso prefigura, não apenas uma política de ódio, mas uma política de ódio incompetente. E é sempre mais interessante quando os nossos adversários mantêm um mínimo de inteligência política.



